



UMA DISCUSSÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FACULDADE DE MEDICINA DA UFAM

Marcia Gabriela Lira de Lacerda
Universidade Federal do Amazonas
Marcialacerda-@hotmail.com

Keith Valeria de Oliveira Barbosa
Universidade Federal do Amazonas
Keithbabosa@ufam.edu.br

RESUMO

A falta da representatividade étnica na Faculdade de Medicina do Amazonas de pessoas negras, pardas e indígenas constitui uma realidade determinante para o perfil universitário do curso de saúde e, consequentemente, é uma das marcas do racismo estrutural no Brasil. Dessa forma, o consequente projeto analisa as influências desse fato social para o âmbito hospitalar como também o porquê de as políticas afirmativas não favorecerem na sua totalidade a inserção de outros grupos étnicos raciais no espaço universitário. Nesse sentido, realizou-se entrevistas com docentes, coordenadores e técnicos do curso de medicina da Universidade Federal do Amazonas sobre a temática racial do curso de medicina da UFAM. Obteve-se pelas respostas dadas, a falta de representatividade étnico-racial de discentes e servidores assim como a carência da abordagem sobre saúde das populações de diferentes grupos étnicos raciais. Houve divergências nas respostas acerca das cotas raciais, do racismo na saúde e sobre as políticas de permanência estudantil. Portanto, foi possível categorizar as discussões observando-se falhas na estruturação acadêmica da universidade no quesito de acolhimento de pessoas de grupos étnicos distintos e até mesmo ao combate ao racismo institucional.

Palavras-Chave: Racismo, medicina e ações afirmativas.



1. INTRODUÇÃO

Primeiramente, com enfoque na educação, foi aprovada em 2012 a lei 12.711 que impõe cotas raciais e sociais para o ingresso nas instituições e nas universidades públicas a fim de reduzir o abismo histórico étnico (MATEUS, 2019). Apesar disso, dados do Censo da Educação superior de 2016 que mostram a distribuição dos estudantes negros no país apontaram que os cursos de medicina, engenharia, química, design, publicidade e propaganda predominavam com a baixa inclusão de negros, pardos e indígenas (ALMEIDA e ZANLORENSSI, 2017).

Essa realidade não se restringe somente ao âmbito educacional, afeta também o Sistema Público de Saúde através do racismo institucional. As consequências se apresentam por dados como os apontados pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2015, que informam que a população negra tem o acesso menor ao sistema de saúde quando comparado com os da etnia branca, além de 23,3% dos pretos e pardos se sentem ou já se sentiram discriminados no serviço de saúde (SERRA, 2020).

A relação desta dimensão se aprofunda quando associada à lacuna da presença do exposto na grade curricular do curso de medicina, mesmo existindo legislação que proponha a inclusão deste no ensino superior (CONCEIÇÃO, RISCADO e VILELA, 2018). Consoante uma pesquisa foi revelada que 50% dos estudantes e residentes de medicina brancos que participaram da amostragem possuíam crenças antiquadas e falsas sobre diferenças biológicas entre pessoas negras e brancas que reforçam que negros possuem um estereótipo mais resistente (HOFFMAN, TRAWALTER, AXT e OLIVER, 2016). Deste modo, conclui-se que as desigualdades étnico-raciais permeiam todos os âmbitos deixando evidente a desigualdade social entre as diferentes etnias. Por isso, o projeto de pesquisa se configura com o propósito de aprofundar essas questões por meio das diferentes perspectivas proporcionadas pelos profissionais do curso de medicina da Faculdade Federal do Amazonas a fim de verificar como a educação do profissional de saúde está estruturada para o combate dessa problemática.

2. OBJETIVO GERAL

Compreender o impacto das desigualdades étnicos raciais no curso de medicina da UFAM, problematizando o racismo na saúde da população negra na cidade de Manaus.

3. METODOLOGIA

O projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa pelo protocolo de número 5.911.575 é de natureza exploratória e busca informações para analisar as políticas sociais públicas utilizadas na Faculdade de Medicina do Amazonas e o envolvimento dos coordenadores e funcionários do curso nessas ações. Assim sendo, se projeta como um estudo de caso, em que o público alvo são os docentes, coordenadores e técnicos do curso de medicina da Universidade Federal do Amazonas com a condição de aceitar realizar uma entrevista composta de 6 perguntas sobre a opinião deles sobre questões sociais, étnicas no âmbito universitário da faculdade de medicina e como isso pode afetar ou não a abordagem dos acadêmicos como futuros médicos. Na atual conjuntura, depara-se com a situação de pandemia e os riscos de infecção por Sars Cov-2 (Covid 19), por isso os participantes tiveram escolha se preferiam realizar a entrevista por meio da plataforma meet de forma online ou presencialmente no território da Faculdade de Medicina com garantia do sigilo e privacidade do entrevistado. A abordagem dos participantes foi realizada pelo envio de e-mails explicando a proposta da pesquisa juntamente do Termo de Consentimento Livre (TCLE) para analisarem se queriam participar do estudo, após confirmação com assinatura do TCLE, foram realizadas as entrevistas de acordo com a preferência de data e horário disponível pelo participante. Os áudios das entrevistas foram gravados após o consentimento dos entrevistados por



meio do gravador de celular da pesquisadora e depois transcritos digitalmente para inserção nos dados da pesquisa. Para minimizar os riscos de perda de anonimato e constrangimento, durante as gravações foi vedada a citação de nomes de outros funcionários assim como o do próprio participante, como também a citação de características pessoais do entrevistado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público total foi de 8 entrevistados, analisando as suas opiniões sobre a educação médica, a representatividade étnica na Faculdade de Medicina, inclusão de matérias sobre saúde da população negra e indígena, políticas sociais estudantis da UFAM, cotas raciais e racismo Institucional. Nesse contexto, apenas dois entrevistados afirmaram que o ambiente universitário da Faculdade de medicina possuía equidade na diversidade de grupos étnicos. Os outros servidores apontaram não somente a falta de alunos e servidores negros, pardos e indígenas como também outras desigualdades de identidade de gênero e sexualidade, o que põe em pauta o termo “racismo patriarcal” construído por Werneck e Silva (2016) que aborda sobre formas de inferiorização, subordinação e violência de pessoas negras principalmente na ótica do sexismo e preconceito com a população LGBTQ+. Não obstante, uma parte dos entrevistados apontam a superficialidade na abordagem de saúde da população negra e indígena assim como a falta capacitação de profissionais detentores de conhecimento sobre o exposto que possam garantir acesso aos alunos em parte nas atividades não obrigatórias. Constituindo-se como mais uma das formas de negligência na formação dos futuros profissionais de saúde, uma vez que os processos pedagógicos de formação de saúde coletiva precisam atribuir diferentes dimensões incluindo raça, classe e gênero (Anunciação et al., 2022).

Além disso, dois aspectos que geraram falatórios diversificados entre os profissionais foram as cotas raciais e as políticas de permanência estudantis. Apesar de ter funcionários que concordaram com a presença de políticas estudantis eficazes e da correta fiscalização das cotas raciais, em contrapartida, outros apontaram casos de falsificação de etnia para entrada em cotas de negros e pardos do mesmo modo que relevaram que a alta carga horária do trabalho e a dinâmica de aulas e práticas em diferentes ambientes, dificultando o aprendizado dos alunos com baixa renda que necessitam de transporte público ou renda extra. Nenhum dos entrevistados citou quais políticas de permanência são oferecidas pela universidade, demonstrando desconhecimento geral sobre a temática o que coincide como uma das dificuldades para esses alunos terem acesso às políticas como referido por Oliven e Bello (2017), esses estudantes desconhecem a burocracia universitária e precisam de rede de contatos para se ter noção dessas capitais sociais.

No que tange o racismo institucional, percebeu-se a negação da existência deste no sistema de saúde por três profissionais mesmo que dados atuais como apontado por Silva e Santos (2022) demonstram que na crise em saúde pública mais recente marcado pela epidemia pelo COVID 2019, os índices de mortalidade se avolumaram de forma significativa entre negros e pobres residentes de áreas periféricas. A negligência médica é uma situação desfavorável para população negra determinando que a cor de pele seja uma desvantagem, por exemplo, para se ter um acesso a um pré-natal adequado com associação negativa de indicadores de recebimento de orientações de pré-natal das mulheres negras quando comparadas às brancas (Lessa et al., 2022). É inquestionável que a crença que pode haver diferença biológica entre as etnias com discursos que levam a crer, por exemplo, que pessoas de grupo étnico negro são mais resistentes que brancos é um resultado direto do racismo estrutural. Todos os servidores que foram entrevistados negaram acreditar nisso, porém somente uma parcela soube pontuar como esses argumentos são ferramentas do racismo.

Logo, o âmbito habitado pelos acadêmicos de medicina da Universidade Federal do Amazonas contribui para a continuação das práticas racistas tanto no plano acadêmico como em



saúde. De acordo com o falado por certos servidores a elitização e má postura de professores médicos contribui para reprodução do racismo estrutural estando de acordo com o visto por Fredrich et al. (2022) um ambiente de formação médica em que não há representatividade tanto no corpo docente quanto discente como também a negação da importância do estudo da saúde da população negra e a permanência de estereótipos de determinados grupos étnicos.

5. CONCLUSÕES

Portanto, foi possível perceber que o racismo ainda é um fator enraizado tanto na estrutura acadêmica da Faculdade de Medicina do Amazonas como nos estudantes ressaltando a necessidade da discussão dessa temática para evitar a negligência desse aspecto como também a importância de mais estudos com essa temática e que investiguem os impactos disso nos atendimentos em saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodolfo. Gênero e raça de estudantes do ensino superior no Brasil por curso e área. **Nexo Jornal**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/12/13/G%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-de-estudantes-do-ensino-superior-no-Brasil-por-curso-e-%C3%A1rea>>. Acesso em: 15 Fev. 2021.

ANUNCIACÃO, D. et al. (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. **Ciênc. Saúde Colet.** (Impr.), p. 3861–3870, 2022.

CONCEIÇÃO, M. C; RISCADO, Jorge Luís De Souza ; VILELA, Rosana Quintella Brandão. Relações étnico-raciais na perspectiva da saúde da população negra no curso de medicina: análise curricular. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 4, n. 3, p. 34, 2018.

HOFFMAN, K. M.; TRAWALTER, S.; AXT, J. R. Racial bias in pain assessment and treatment recommendations, and false beliefs about biological differences between blacks and whites. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 113, n. 16, p. 4296–4301, 2016.

LESSA, M. et al. Pré-natal da mulher brasileira: desigualdades raciais e suas implicações para o cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(10):3881-3890, 2022.

MATEUS, Felipe. Racismo no mundo acadêmico: um tema para se discutir na universidade. **Unicamp**. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade>>. Acesso em: 16 Fev. 2021.

OLIVEN; A e BELLO, L. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS. **Horizontes Antropológicos**, n. 49, p. 339-374, set./dez. 2017.

SANTOS, F.B., SILVA, S.L. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19. **Revista Direito e Prax.** v. 13, n. 3, p. 1847–1873, 1 jul. 2022.

SERRA, Emerson. A saúde da população negra no SUS brasileiro. **Justificando**. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2020/02/06/a-saude-da-populacao-negra-no-sistema-unico-de-saude-brasileiro/>>. Acesso em: 22 Fev. 2021.

WERNECK, J., SILVA, N. I. **Dossiê: a situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações**. Rio de Janeiro: Criola, 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, a professora dr. Keith Valeria de Oliveira Barbosa, e à UFAM pela disponibilidade e ajuda contínua em todo processo de fomentação do trabalho.

